



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói**

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

HISTÓRICO

O Museu da Justiça é a unidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro responsável pela preservação dos espaços históricos dos Antigos Palácios da Justiça (APJ) do Rio de Janeiro e de Niterói, e pela organização, conservação e difusão do acervo de bens culturais do Poder Judiciário, que incluem objetos e documentos em diferentes formatos e suportes, acumulados ao longo dos anos pela realização de estudos históricos a respeito da Justiça no Estado do Rio de Janeiro e pelo fomento de atividades culturais no âmbito do Poder Judiciário.

A história do Museu advém da preocupação com a preservação da memória institucional e remonta aos tempos do Estado da Guanabara, quando, em 1963, sob a presidência do desembargador Vicente de Faria Coelho no Tribunal de Justiça, foi criada uma comissão, presidida pelo desembargador Homero Brasiliense Soares de Pinho, com o objetivo de selecionar os processos judiciais que integrariam o arquivo histórico do Poder Judiciário. Em 1974, o então presidente, desembargador Nelson Ribeiro Alves, instituiu outra comissão para realizar estudos com o objetivo de criar o Museu da Justiça.

Com a unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a ideia ficou temporariamente adormecida. O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi inaugurado somente em 23 de agosto de 1988, no edifício que outrora abrigara a Corte de Apelação do Distrito Federal, na Praça da República, com o lançamento da exposição Magistratura e Abolicionismo.

Como unidade do extinto Departamento-Geral de Documentação Histórico-Judiciária, o Museu da Justiça era dirigido por um colegiado de desembargadores e tinha como principais atividades a realização de estudos sobre a história do Judiciário, montagem de exposições, bem como a identificação de peças e documentos de valor histórico para recolhimento e preservação. O seu primeiro Regimento Interno foi aprovado em 1991.

No ano seguinte, foi transferido para o prédio do Fórum da Capital, onde permaneceu até 1995, quando foi transferido para o antigo Palácio da Justiça de Niterói. Naquele mesmo ano, passou a estar subordinado diretamente à Presidência do Tribunal.

Finalmente, no ano de 1999, o Museu veio a ocupar o histórico edifício, localizado na Rua Dom Manoel, e que abrigara os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e do Estado da Guanabara, e o Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói**

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Em abril de 2009, foi criado o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio), herdeiro do Cultural EMERJ, que funcionou de 2000 a 2008 na estrutura da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

O CCPJ-Rio iniciou as suas atividades em janeiro de 2011, com a reinauguração do antigo Palácio da Justiça, após dois anos de obras. Com uma agenda cultural totalmente gratuita e aberta ao público, o centro cultural sempre teve por objetivo ampliar a atuação do Tribunal de Justiça como um polo promotor de transformação social.

Como resultado da fusão do Museu da Justiça com o CCPJ-Rio, em 2017, foi criado o Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ), com o objetivo de aliar a preservação da memória institucional à promoção da agenda cultural do Poder Judiciário.

Com a reestruturação organizacional promovida em 2023, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, por meio da Resolução OE nº4/23, o Museu da Justiça passou a subordinar-se ao Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento, integrante da então criada Secretaria-Geral de Administração, denominando-se atualmente, apenas Museu da Justiça (abrangendo ambas as sedes APJ-Rio e APJ-Niterói).

ANTIGO PALÁCIO DA JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

A construção do edifício decorreu da necessidade de garantir, a jurisdicionados e operadores do Direito, uma estrutura adequada ao bom funcionamento do tribunal do então Distrito Federal. Face às transformações urbanas ocorridas na cidade no início do século XX e ao crescimento das demandas judiciais, os imóveis anteriormente ocupados pelo tribunal local já não eram mais condignos com a Casa da Justiça.

Em 1920, disponibilizaram-se os recursos para a construção do imóvel no local que outrora abrigara a Relação do Rio de Janeiro na época de sua criação, no idos do século XVIII. Antes, porém, da assinatura do contrato, decidiu-se que o local seria destinado à nova sede da Câmara dos Deputados, o atual Palácio Tiradentes. Mediante acordo com a Prefeitura do Distrito Federal, foi escolhido um novo endereço para o tribunal, a poucos metros do anterior, na Rua Dom Manuel.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

O novo terreno havia abrigado o Teatro da Praia de Dom Manuel, posteriormente denominado Teatro São Januário (1838) e Ateneu Dramático (1862), demolido em 1868. Ali também funcionara a fábrica da Companhia Manufatora de Conservas Alimentícias.

A planta do prédio destinado a abrigar a Corte de Apelação do antigo Distrito Federal foi projetada pelos engenheiros Gastão Bahiana e Domingos Cunha e as fachadas pelos arquitetos Fernando Nereu de Sampaio e Gabriel Fernandes. A sua construção teve início em 1922 e terminou quatro anos depois, cabendo ao engenheiro Leopoldo de Melo Cunha Filho a direção da obra.

Com fachadas retangulares e simétricas, o antigo Palácio da Justiça, ostenta, em suas linhas arquitetônicas, o estilo eclético com tendências ao neoclassicismo italiano, do final do século XIX.

A primeira reforma do antigo Palácio, inaugurado em 1926, ocorreu na gestão do presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal, desembargador Elviro Carrilho da Fonseca e Silva (1933-1934), foram executados “reparos e melhoramentos” no Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel. Instalou-se um “grande elevador na parte interna do edifício”, com capacidade para 14 pessoas, o que demandou a construção de uma “torre” no local.

No Salão do Tribunal Pleno, os lambris e o mobiliário foram envernizados, as paredes receberam pintura a óleo e 4 (quatro) novos vitrais para completar a “guarnição existente”. Foram revestidas de mármore as paredes do saguão e dos “corredores da frente do 1º andar”, juntamente com seu piso, assim como as soleiras e portadas dos elevadores. Realizaram-se reparos em toda a pavimentação do prédio, os corredores, o saguão e os portões tiveram a pintura renovada, e o pátio interno foi ladrilhado. A segunda reforma se deu na administração do desembargador Vicente Ferreira da Costa Piragibe, presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1937-1940).

Sucessão de Tribunais

Com a transferência da Capital da República para Brasília, em 1960, o edifício passou a abrigar o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, até a sua instalação no novo Palácio da Justiça, em 1974.

Em 1975, em decorrência da fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, nesse se instalou o Tribunal de Alçada do antigo Estado do Rio de Janeiro,



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói**

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

transferido de Niterói para a capital. Em 1979, esse tribunal foi formalmente designado II Tribunal de Alçada e, finalmente, em 1985, Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1998, em consequência da extinção dos Tribunais de Alçada do Estado do Rio de Janeiro e na direção do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Thiago Ribas Filho, o prédio passou a abrigar unidades administrativas, inclusive o Museu da Justiça. Nesse mesmo ano, o Salão do Tribunal do Júri foi reformado, ocasião em que o restaurador John Spangler recuperou importantes elementos decorativos, como painéis, vitrais, esculturas e balcões, procurando respeitar as características originais.

Entre 2009 e 2010, na presidência do desembargador Luiz Zveiter, realizaram-se obras de modernização, que dotaram o edifício de instalações seguras e confortáveis para funcionários e visitantes, mantendo a integridade dos espaços de preservação. Os painéis de Carlos Oswald e André Vento, os vitrais de Gastão Formenti, o mobiliário e os demais ornamentos internos e externos foram cuidadosamente restaurados.

O Antigo Palácio da Justiça hospeda, além do Museu da Justiça, responsável pela preservação de seus espaços históricos, as associações de magistrados e unidades administrativas do tribunal, como a Escola de Administração Judiciária – ESAJ.

Cronologia do Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro

1926 - Sede da Corte de Apelação do Distrito Federal.

1937 - Sede do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

1946 - Sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

1960 - Sede do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

1975 - Sede do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro.

1979 - Sede do II Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro.

1985 - Sede do Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.

1998 - Sede do Museu da Justiça e de outras unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Espaços do APJ-Rio

Hall de entrada (83.58 m²)



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

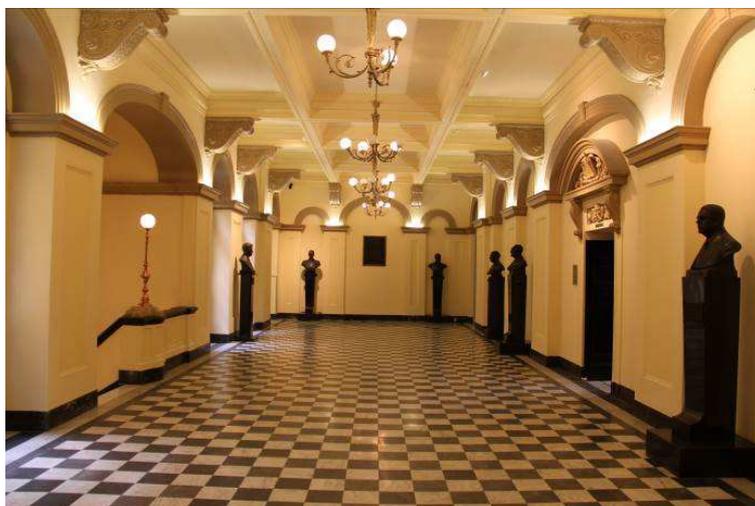
Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói



A entrada principal do Antigo Palácio da Justiça é marcada pela elegância da escadaria de acesso ao primeiro andar, onde se destacam duas grandes estátuas, a Justiça e a Lei, cedidas pela Chancelaria do Itamaraty ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal, na presidência do desembargador Vicente Ferreira da Costa Piragibe (1937-1940).

Nesse período, o edifício passou por significativa restauração e reforma. São dessa época a maior parte dos seus elementos decorativos, inclusive os belos vitrais confeccionados pelo artista Gastão Formenti. Ao fundo da imagem acima podemos ver a personificação da Justiça, a deusa Têmis.

Salão dos Passos Perdidos (125,43 m²)





TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Neste recinto, que funcionava como uma antessala do Tribunal do Júri, ficavam advogados, promotores e partes interessadas, muitas vezes andando ansiosamente de um lado para o outro, à espera do desfecho do julgamento. Daí a sua sugestiva denominação, já consagrada pelo uso. O piso em quadrados alternados de mármore branco e preto, lembrando um tabuleiro de xadrez, simboliza uma situação de conflito entre forças antagônicas.

Salão do I Tribunal do Júri (229,93 m²)



Em 3 de janeiro de 1927, instalou-se o Tribunal do Júri no Palácio da Justiça do Distrito Federal. O primeiro julgamento, presidido pelo então juiz de direito Edgard Costa, foi realizado no dia 10 do mesmo mês e ano.

Ornamentado ao estilo Luís XIV, o Salão do Tribunal do Júri tem as paredes artisticamente revestidas na base por lambris de onde se alteiam pilastras coríntias. Acima do nicho situado atrás da mesa da presidência, ergue-se o painel Apoteose à Justiça, do pintor André Vento, ladeado por dois motivos simbólicos do mesmo artista, encimados por medalhões com as efígies de Justiniano e de Cícero.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói



Sala de Câmara Isolada (64,16 M²)



Espaço destinado à realização de sessões das antigas câmaras cíveis e criminais, órgãos julgadores colegiados de segundo grau de jurisdição, que compunham a estrutura dos tribunais que funcionaram sucessivamente neste Palácio da Justiça.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Salão dos Espelhos (97,84 n²)



Sua decoração arquitetônica é inspirada nos salões dos palácios franceses do século XVIII, funcionava como antessala do Salão do Tribunal Pleno. Nele circulavam advogados e partes, à semelhança do Salão dos Passos Perdidos do Tribunal do Júri. Em 1989, o presidente do Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro, então sediado no prédio histórico, juiz de direito Luiz César Aguiar Bittencourt Silva, decidiu pela reforma do espaço. Assim o ambiente recebeu nova pintura, espelhos em suas paredes e portas de vidro temperado em suas entradas, passando a funcionar como um espaço cultural para mostras de pintura e escultura. O recinto ficou, então, conhecido como Salão dos Espelhos.

Salão do Tribunal Pleno (174,41 m²)





TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Recinto reservado às sessões do Tribunal Pleno, ou seja, aquelas em que deviam estar presentes todos os membros do Tribunal. Nele se realizaram as sessões plenárias de três Cortes de Justiça: a Corte de Apelação do antigo Distrito Federal (denominada, em 1937, Tribunal de Apelação e, em 1946, Tribunal de Justiça), o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e o Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.

Na parede situada atrás da mesa da presidência, sobressai o painel Justiça Civil e, na parede oposta, atrás da tribuna dos advogados e dos lugares da assistência, o painel Justiça Criminal, ambos de autoria do pintor Carlos Oswald, ladeados por quadros nos quais se acham escritos, em letras de ouro, os títulos de diplomas legais relativos a esses dois grandes ramos da Justiça. À frente deste último painel, vê-se um busto de bronze do jurista Rui Barbosa.

Salão Nobre (80,14 m²)



O espaço era, por sua nobre decoração, propício às cerimônias sociais realizadas no Palácio da Justiça e ao desempenho das funções administrativas exercidas pelo chefe da Corte nele instalada.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

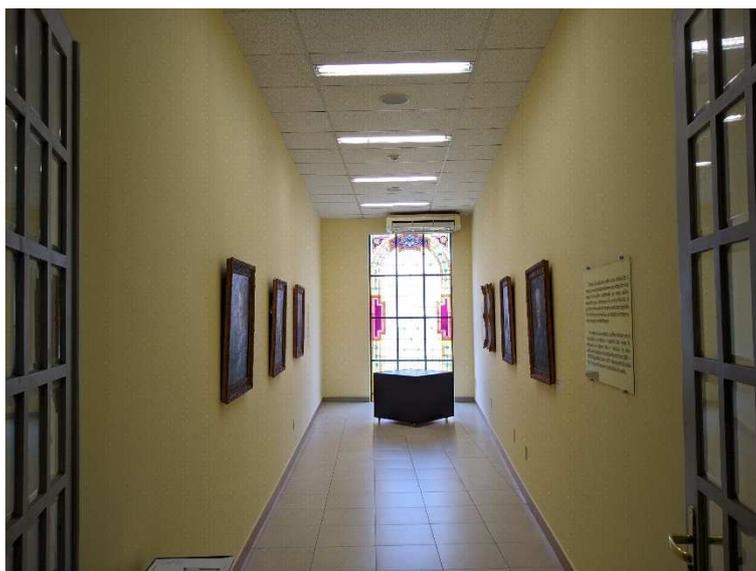
Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Biblioteca do Museu da Justiça (40,24 m² e 64,21 m²)



Por longos anos, este espaço franqueou a magistrados e demais operadores do Direito um valioso acervo bibliográfico, que muito os auxiliou no exercício de suas funções, e que, atualmente, serve de fonte de consulta para o corpo técnico do Museu da Justiça, em pesquisas sobre o Judiciário e suas figuras marcantes.

Sala da Memória Iconográfica (sala 305 - 27,31 m²)





TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

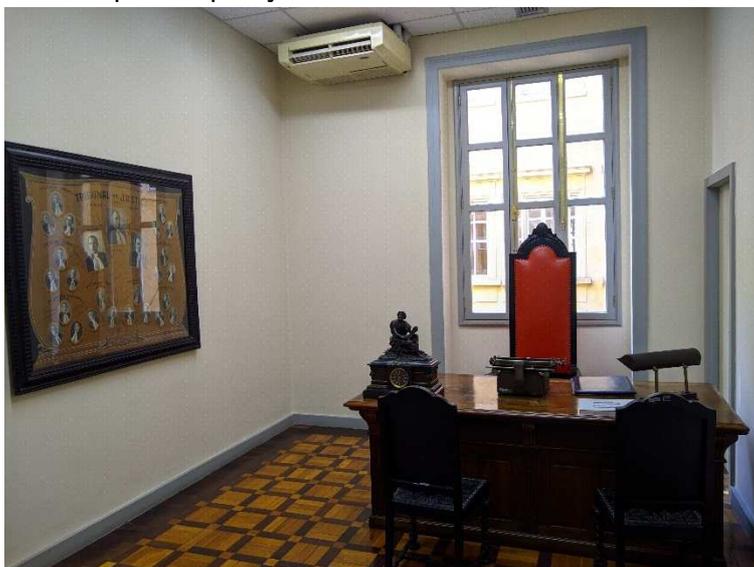
Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Sala preparada para receber mostras de materiais que necessitem ser fixados em paredes. A sala possui um grande vitral, ao fundo que possibilita, a composição da expografia com a luz que adentra à sala.

Salas de Ambientação Histórica (sala 302b - 27,31 m²; sala 307 – 17,16 m²; sala 309 – 17,92 m²)



Salas que reproduzem escritórios do período da inauguração do APJ-Rio, com mobiliário de época. Elas podem ser utilizadas para abrigar pequenas mostras e também como salas complementares para exposições maiores.





TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Sala Multiuso (87,86 m²)



Concebida para abrigar concertos de câmaras, exposições, oficinas, cursos, seminários, palestras e outros programas oferecidos pela Agenda Cultural do PJERJ, promovida pelo Museu da Justiça. Localizada no pavimento térreo do Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro, a sala multiuso do Museu recebe diversos eventos, desde concertos musicais a peças teatrais.



Sala do Educativo APJ-Rio (64,59 m²)



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói



Sala de apoio ao Educativo do Museu da Justiça do Rio de Janeiro, utilizada para realizar atividades pedagógicas com estudantes e público em geral que agendam visitas com o SEAGC. Também é utilizada para a realização de oficinas promovidas pelo Educativo Museu da Justiça.

ANTIGO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE NITERÓI

Localizado na Praça da República, s/nº, Centro, o palácio foi erguido para abrigar o Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro. Com o projeto de construção aprovado em 1913, teve as suas obras concluídas em 1919, ligando-se ao plano de urbanização da então Praça D. Pedro II, atual Praça da República, que incluía a edificação de um conjunto de prédios públicos no seu entorno."

Antes da sua inauguração oficial, passou a funcionar ali o Tribunal do Júri, cuja primeira sessão ocorreu em 1º de julho de 1919. A instalação do Tribunal da Relação ocorreu no dia 31 de janeiro de 1920. A partir de março de 1975, em consequência da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara para formar uma nova unidade federativa, o prédio passou a abrigar o Fórum da Comarca de Niterói e a Biblioteca Regional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em 26 de janeiro de 1983, os prédios do Antigo Palácio da Justiça, da Câmara Municipal e da Biblioteca Pública Estadual foram definitivamente tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Projetado inicialmente pelo arquiteto francês Emile Dupoy Tessain, o italiano Pedro Campofiorito deu prosseguimento ao projeto de arquitetura do palácio. Em estilo eclético de tendência classicizante, com forte predominância do Renascimento italiano em sua fachada principal, apresenta um pórtico de entrada formado por três grandes portões em ferro ricamente trabalhado em arabescos.

No primeiro pavimento da fachada, há um corpo central ligeiramente avançado, com seis colunas dóricas de fuste canelado até meia altura, e no segundo, seis colunas jônicas no mesmo alinhamento das existentes, no pavimento inferior, além de dois “olhos de boi”. Entre as colunas, encontram-se três sacadas com os respectivos guarda-corpos. Acima, completando este conjunto, um ático com seis figuras de cimento (estátuas) femininas, portando espadas, livros e pergaminhos, apoiadas sobre pedestais, em frente a pilastras, entre coroas de louros e medalhões. E os ângulos da fachada são arrematados com fogaréus.

Inserido no processo de revitalização dos prédios históricos do Judiciário fluminense, o Antigo Palácio da Justiça de Niterói passou por obras substanciais de reforma e restauração, iniciadas em 2010 e concluídas no ano seguinte. Com a criação do Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário, em 2017, o prédio passou a também a abrigar as atividades da agenda cultural do PJRJ.

Espaços do APJ-Niterói

Tribunal do Júri (172,31 m²)



Antes mesmo de sua inauguração oficial e da instalação do Tribunal da Relação em suas dependências, o Palácio da Justiça passou a abrigar as sessões do Tribunal do Júri da



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

cidade de Niterói, em 1919. Atualmente, são realizados Júris Simulados e visitas guiadas de escolas, universidades e público, em geral.

Tribunal Pleno (207,90 m²)



Neste local, foram realizadas as sessões plenárias do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, que foi instalado, neste Palácio da Justiça, em 31 de janeiro de 1920. Atualmente está aberto a visitas e abriga atividades acadêmicas.

Sala de Ação Educativa (27,70 m²)



As atividades educativas do Museu da Justiça recebem estudantes de escolas públicas e particulares, universidades, magistrados, servidores, colaboradores, grupos de programas sociais desenvolvidos pelo PJeRJ e público em geral. Neste espaço, são realizadas atividades pedagógicas do Museu voltadas para o público infantil.

Espaço Multiuso (85,71 m²)



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói**

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói



É um espaço versátil e multifuncional pensado para sediar atividades e eventos. Essa sala oferece um ambiente adequado para a realização de exposições temporárias, palestras, seminários, workshops, cursos e outras iniciativas relacionadas à justiça e à cultura.

ACERVOS DO MUSEU DA JUSTIÇA

Acervo Museológico

O acervo museológico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro possui mais de 5.000 itens de diferentes épocas e estilos artísticos, que vão desde itens de decoração a instrumentos de trabalho. O conjunto é composto de indumentárias, esculturas, pinturas, retábulos, condecorações, placas, medalhas, moedas e mobiliário, que preservam a memória do Judiciário fluminense.

Documentos Textuais

Com mais de 30 mil itens que encerram registros da prestação jurisdicional no território do atual Estado do Rio de Janeiro, desde o século XVIII, o acervo textual sob a guarda do Museu da Justiça é constituído por autos processuais cíveis e criminais de reconhecido valor histórico, livros de registros de atos judiciais e administrativos das diversas cortes de justiça e arquivos pessoais de personalidades da comunidade judiciária. Técnicas de conservação permitem que documentos em diferentes graus de degradação sejam restaurados e disponibilizados à pesquisa pública.

Acervo Iconográfico

Por meio de imagens, os documentos iconográficos revelam diferentes fases da história do Judiciário fluminense. O acervo é constituído por fotografias, caricaturas, desenhos, álbuns e negativos flexíveis, distribuídos entre fundos pessoais e institucional, incluindo fotografias oriundas do II Tribunal de Alçada, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

de Justiça do Estado da Guanabara e do atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Os documentos encontram-se sob tratamento arquivístico com vistas à classificação e digitalização.

PROGRAMAS CULTURAIS DESENVOLVIDOS PELO MUSEU DA JUSTIÇA

Visita Mediada ao Museu da Justiça. Direcionada a escolas e universidades. É conduzida por arte educadores e museólogos e apresenta – de forma lúdica e interativa – a arquitetura, a história do antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro.

Programa de História Oral. Por mais de 25 anos, resgata, preserva e divulga a história do Poder Judiciário, por meio do testemunho de seus próprios agentes gravados em vídeos editados e disponíveis no site do Museu da Justiça.

Conversas no Museu. O papel do Direito na defesa das minorias sociais. Encontros que promovem a união, a integração e a conscientização das pessoas com pautas sociais e exposição de vivências pessoais de diferentes formas de violência.

Direito e Literatura. Conversas e Debates com interfaces entre Direito/Literatura com o objetivo de desenvolver uma nova forma de pensar a cultura jurídica.

Museu Convida. Eventos ligados ao universo jurídico com palestrantes renomados ligados ao Direito.

Parcerias no Museu. Parcerias com instituições de ensino, cultura, comissões e setores do TJERJ que promovem projetos culturais, educacionais e institucionais.

Coisas de Museu. Curiosidades sobre os acervos do Museu da Justiça. Pequenos vídeos publicados nas mídias sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro @tjrjoficial.

Humanitas. Ciclos de Diálogos Interdisciplinares do Museu da Justiça. Atividades virtuais que promovem o diálogo entre o Direito e as Ciências Sociais e Humanas, no propósito de promover a cultura humanística, filosófica, científica e artística.

Do Direito à Literatura - Sarau no Museu. Atividade que acontece virtual ou presencialmente celebrando pelas artes as efemérides ligadas ao universo do Direito.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

Do Direito à Literatura - Clube Leituras no Museu. Programa virtual onde são debatidas obras literárias de autores que dialogam com o direito e o exercício democrático da cidadania.

Troca de Livros - Doe seu livro, leve outro para ler. Uma atividade cultural interativa, voltado para jovens, que acontece uma quinta-feira ao mês, às 12h, no Museu da Justiça - Rio e, uma terça-feira ao mês, em mesmo horário, na sede do Museu de Niterói;

Música no Museu. Projeto externo do Sérgio da Costa e Silva que integra o Museu da Justiça no circuito de apresentações de música de diferentes procedências, escola ou época.

Agenda Cultural

O Museu da Justiça tem por objetivo aliar a preservação da memória à promoção da agenda cultural, onde a cultura e a arte andam de braços dados com a memória e a história institucional. Como diretriz de ação, a agenda cultural busca promover uma programação que reúna espetáculos musicais e teatrais, sempre embasados em valores de justiça e cidadania, além da realização de visitas mediadas e teatralizadas aos espaços de preservação dos antigos Palácios da Justiça no Rio de Janeiro e em Niterói, para grupos fechados, como escolas e universidades ou mediante prévio agendamento para visitantes espontâneos.

Educação Patrimonial

O grupo de educadores é responsável por planejar e desenvolver as atividades educativas em consonância com a programação da Agenda Cultural. Tem como objetivo estimular a compreensão sobre conceitos e valores de justiça, articulando os conhecimentos específicos desse universo com a percepção dos visitantes. Cabe ao setor educativo estabelecer relações com a sociedade, compreendendo as questões culturais e as reivindicações de diferentes grupos sociais, a partir da promoção de debates e reflexões.

Pesquisa Histórica

O Museu da Justiça conta com uma equipe de pesquisadores que se dedica a estudos de temas ligados à História do Direito e da Justiça no Brasil. As pesquisas históricas têm por objetivo o suporte a projetos como a concepção de exposições e mostras de documentos; a elaboração de roteiros para entrevistas do Programa de História Oral e para atividades culturais; a publicação de livros e catálogos e o atendimento a demandas



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

por informações, advindas de unidades do Poder Judiciário e de pesquisadores externos. Algumas das pesquisas já elaboradas podem ser acessadas no portal do museu.

Atendimento a Pesquisadores

O acervo histórico do Poder Judiciário sob a guarda do Museu da Justiça é franqueado à consulta pública, com vistas à produção e difusão da história social e institucional. Todos os anos, pesquisadores de diversas áreas, como historiadores, escritores, jornalistas, advogados, genealogistas e cidadãos em geral, procuram subsídio para a elaboração de teses, dissertações, livros e até mesmo obter informações acerca de antepassados nas fontes judiciárias. Os documentos digitalizados podem ser acessados diretamente no portal do TJRJ via rede mundial de computadores, o que facilita e democratiza o acesso aos bens culturais.

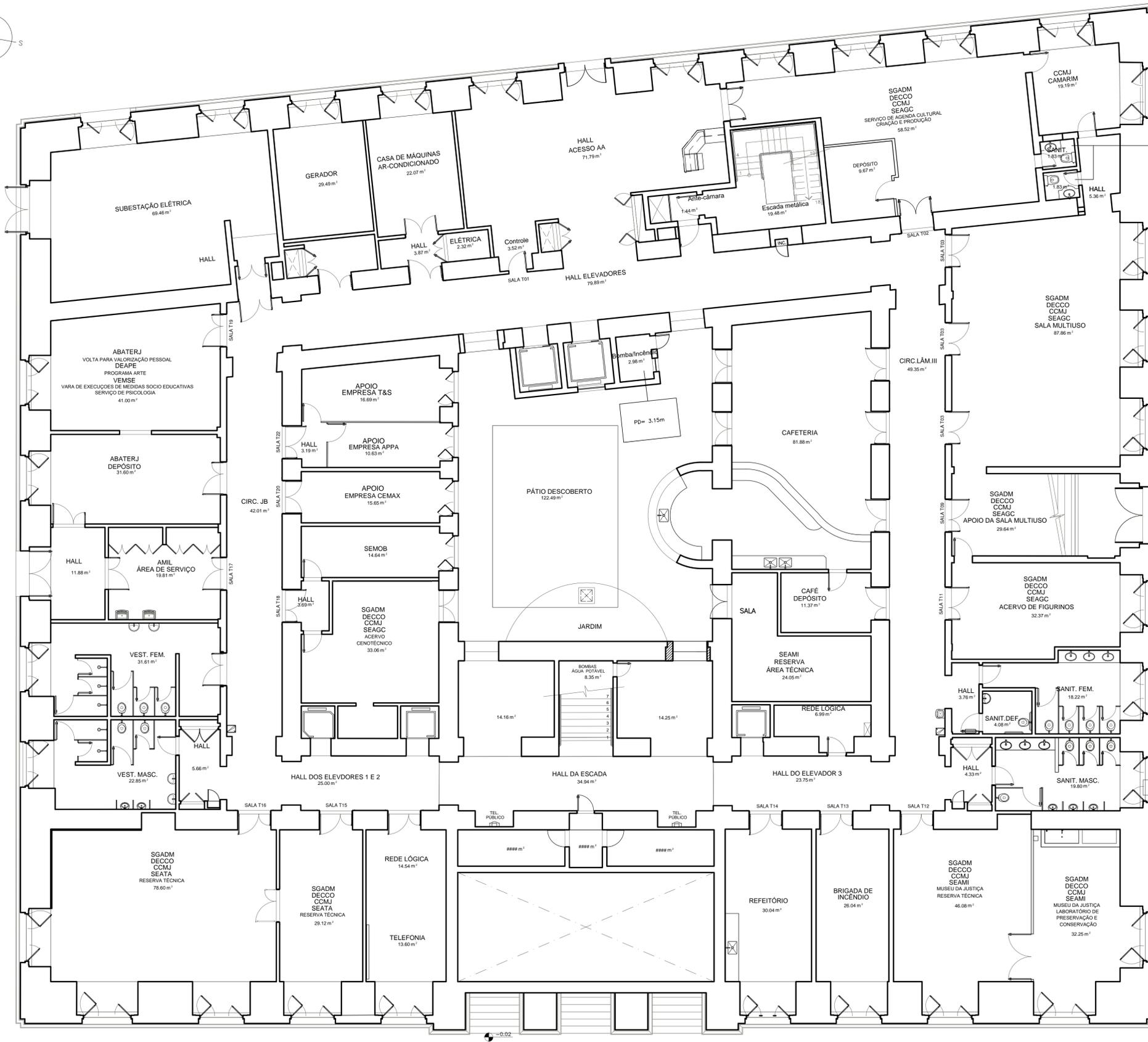
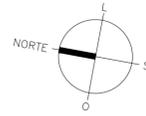


TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

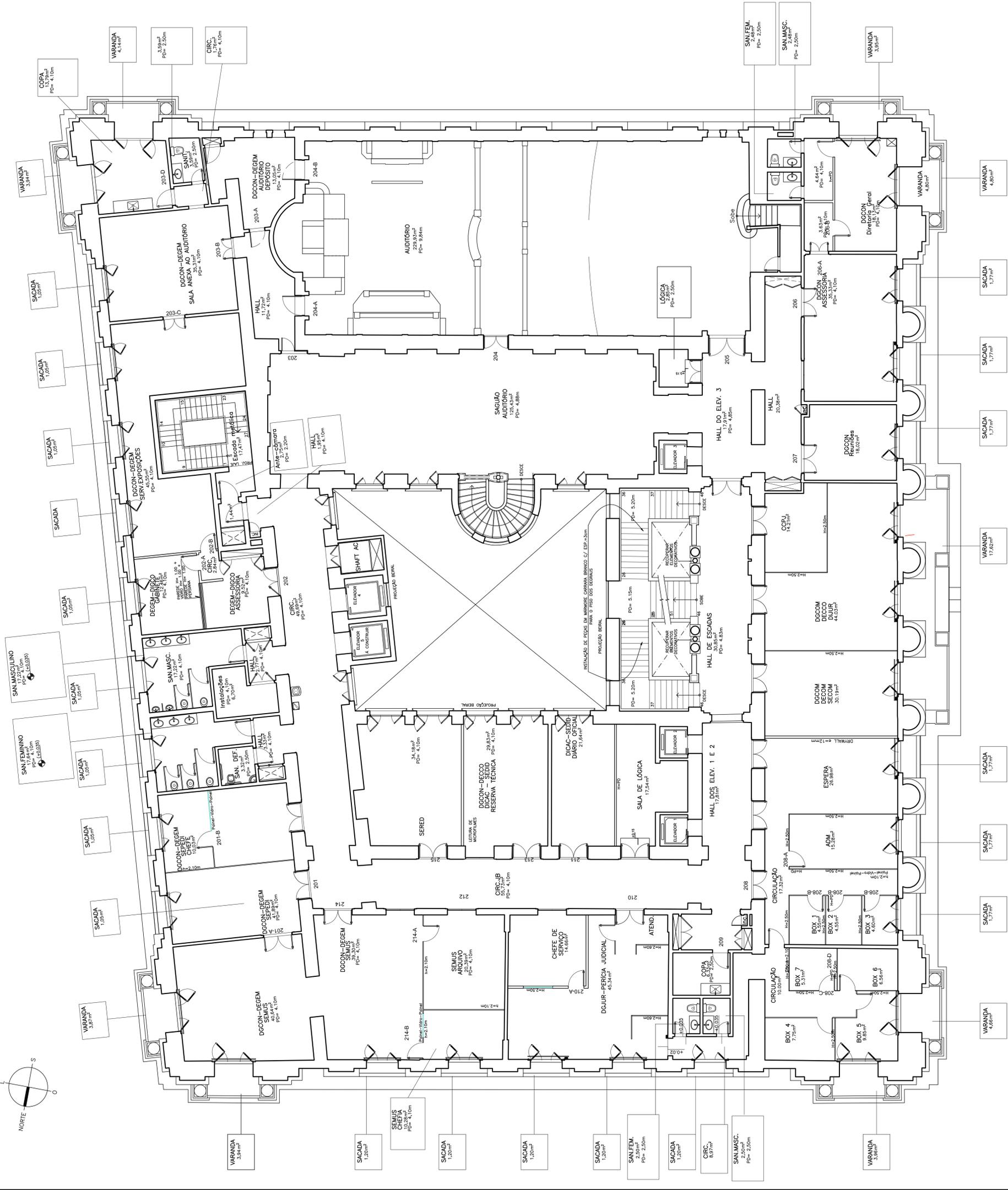
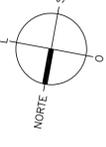
PLANTAS ARQUITETÔNICAS APJ-RIO



PD= 2,50m

01 PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESCALA: 1:100

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL EMPRESA
REVISÃO			
PODER JUDICIÁRIO			
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
COMARCA DA CAPITAL			
ANTIGO PALÁCIO DA JUSTIÇA			
RUA DOM MANOEL, Nº 29 - TERREO - CENTRO - RJ			
ARQUITETURA - PLANTA BAIXA TÉRREO			
GERENTE DE ARQUITETURA: FLAVIA DONOLA	DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA BRUNO COELHO	DOCUMENTO: ---	
PROJETO/ARQUITETO: ANDRÉA VENTURA	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ANIZIA LEITE	ARQUIVO: A01-5000-PB00	
DESENHO TÉCNICO: SEPAR	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE OBRAS CARLOS TRINDADE	S.O.S.: ----	DATA: MAI/2023
ESCALA: 1/100	CHEFE DE SERVIÇO ISOLDA TIBAU	RAD: ----	Nº PRANCHA: 01



EXISTENTE
 A DEMOLIR
 A CONSTRUIR/SOLICITADO
 A REMANEJAR
 PAINEL-VIDRO



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
MUSEU DA JUSTIÇA - TAGRIM
 RUA DOM MANOEL, Nº 29 - CENTRO - RJ

PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO	
RESPONSÁVEL PELA COMARCA: ANDREA VENTURA	DOCUMENTO: NILTON BENEVIDES
PROJETO: DEPLA	ARQUIVO: A04-5000-FB02
DESENHISTA/TÉCNICO: RODRIGO ALENCAR	DATA: SET/2015
	ESCALA: 1/100
	RAD: Nº FRANCHA: 01

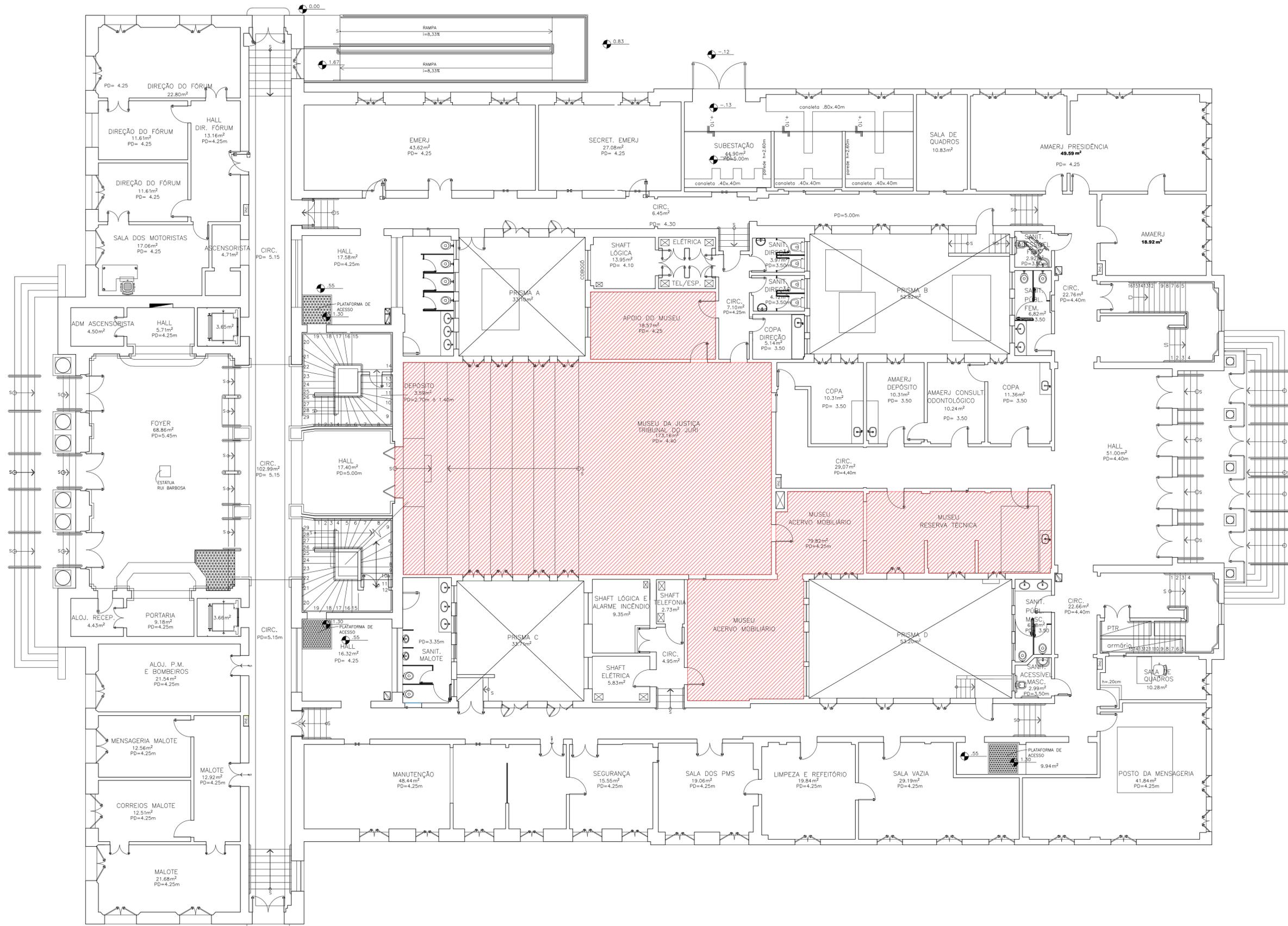


TERMO DE REFERÊNCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PRODUÇÃO CULTURAL PARA
REALIZAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
MUSEU DA JUSTIÇA – Antigos Palácios da Justiça do Rio e Niterói

ANEXO B

Informações do Museu da Justiça – APJ-Rio e APJ-Niterói

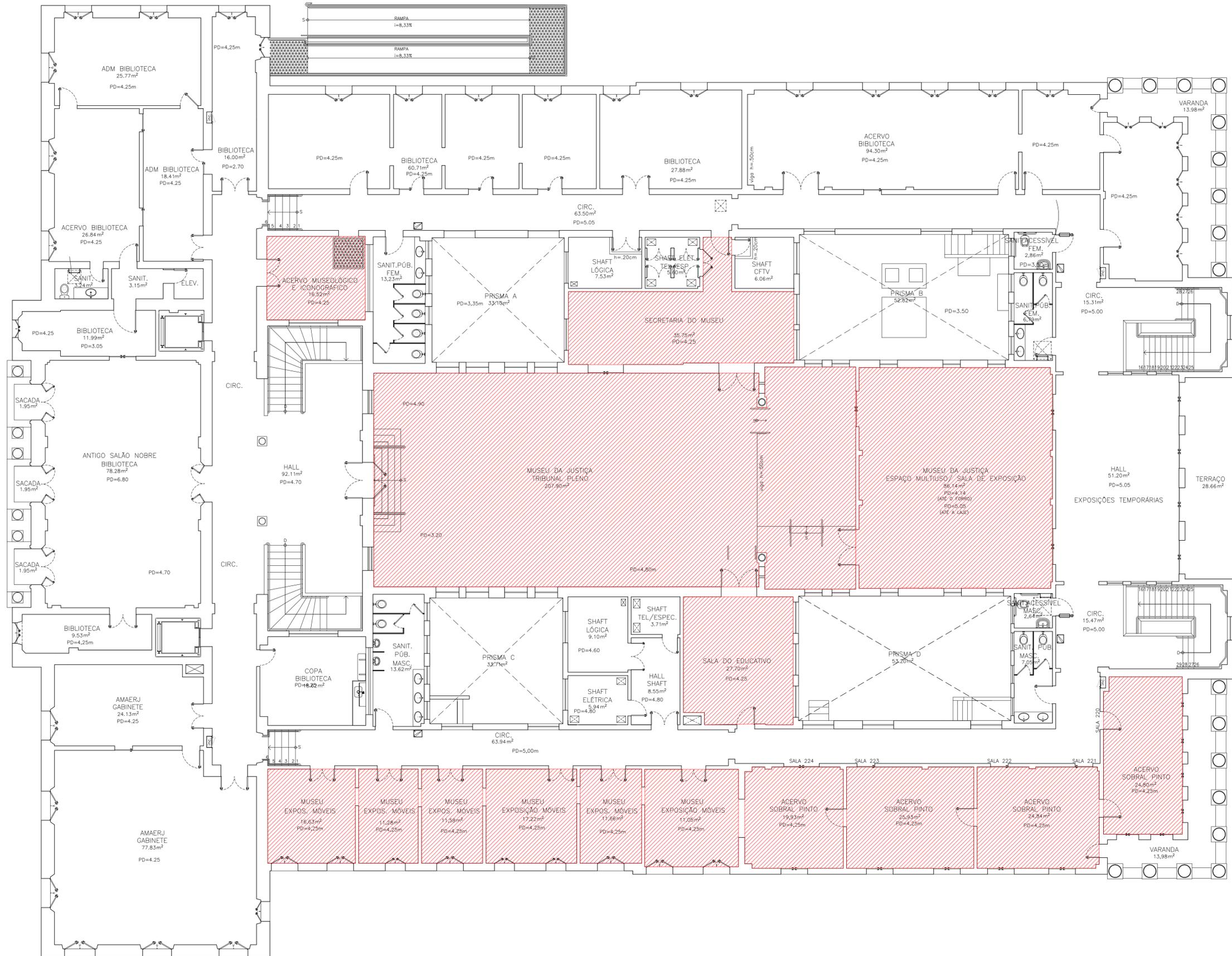
PLANTAS ARQUITETÔNICAS APJ-NITERÓI



ÁREAS DO MUSEU	
TRIBUNAL DO JURI	173,16m²
APOIO MUSEU	18,57m²
ACERVO MOBILIÁRIO	46,56m²
RESERVA TÉCNICA	32,76m²

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL EMPRESA
REVISÃO			
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMARCA DE MARICÁ FÓRUM ANTIGO PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº			
ESPAÇOS MUSEU - 1º PAVIMENTO			
GERENTE DE ARQUITETURA: FLAVIA DONOLA	SECRETARIA GERAL DE LOGÍSTICA BRUNO COELHO	DOCUMENTO:	
PROJETO: TAISA CARVALHO	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ANIZIA LEITE	ARQUIVO: A03-3487-PB01	S.O.S.:
DESENHO/TÉCNICO: SEPAR	DIVISÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA CARLOS TRINDADE	DATA: JULHO/2023	
ESCALA: 1/100	SERVIÇO DE PROJETOS DE ARQUITETURA ISOLDA TIBAU	RAD: m²	Nº PRANCHA: 01





ÁREAS DO MUSEU	
TRIBUNAL PLENO	207,90m ²
SECRETARIA MUSEU	35,75m ²
ESPAÇO MULT./ EXPOSIÇÃO	86,14m ²
SALA DO EDUCATIVO	27,70m ²
EXPOSIÇÃO DE MÓVEIS	86,73m ²
ACERVO SOBRAL PINTO	95,50m ²
ACERVO MUSEOLÓGICO E ICONOGRÁFICO	16,52m ²

*A ÁREA DO ACERVO SOBRAL PINTO E DA EXPOSIÇÃO DE MÓVEIS SE REFEREM AO SOMATÓRIO DAS ÁREAS DO CONJUNTO DE SALAS

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL EMPRESA
REVISÃO			
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMARCA DE MARICÁ FÓRUM ANTIGO PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº			
ESPAÇOS MUSEU - 2º PAVIMENTO			
GERENTE DE ARQUITETURA: FLAVIA DONOLA	DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA BRUNO COELHO	DOCUMENTO:	
PROJETO: TAISA CARVALHO	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ANIZIA LEITE	ARQUIVO: A03-3487-PB01	
DESENHO/TÉCNICO: SEPAR	DIVISÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA CARLOS TRINDADE	S.O.S.:	DATA: JULHO/2023
ESCALA: 1/100	SERVIÇO DE PROJETOS DE ARQUITETURA ISOLDA TIBAU	RAD: m ²	Nº PRANCHA: 02

